

10º CONGREJUFE

- Conjuntura Internacional e Nacional

Conjuntura internacional e nacional do Coletivo Democracia e Luta

Conjuntura internacional

1. Em defesa da paz e a autodeterminação dos povos!
2. A instabilidade é a marca da situação. Num mercado mundial em crise persistente, as multinacionais guerreiam entre si por matérias primas, por fontes de energia, por fatias dos mercados, atropelando todos os tratados comerciais e regulamentações existentes.
3. Sob o governo Trump, e para defender os interesses de suas próprias multinacionais, os EUA são levados a desfechar uma ofensiva contra seus próprios aliados da OTAN e da União Europeia, agravando a crise em que se afundam os governos europeus, expressa, por exemplo, no Brexit.
4. Os anúncios muitas vezes caóticos de Trump inscrevem-se nessa perspectiva. Os EUA têm que sair de todas as alianças que sufocam e limitam o imperialismo mais poderoso no mercado mundial.
5. Em nível mundial, o capital lança-se numa ofensiva para abolir todos e cada um dos direitos arrancados pelos trabalhadores em décadas de luta. A previdência social, particularmente, é um alvo em toda parte.
6. As arremetidas estadunidenses podem levar à desagregação, a qualquer momento, de um país ou mesmo de todo um continente. Essas são as condições gerais da nova situação mundial. Na América Latina, ela se traduz por uma violenta ofensiva do imperialismo estadunidense (acentuada agora por Trump mas iniciada antes por Obama) para recuperar o terreno que havia perdido nos últimos 20 anos.
7. Na resistência a essa ofensiva, a população trabalhadora do México elegeu presidente, em julho, Lopez Obrador, uma derrota para a política de Trump.
8. Em defesa da Paz! Não à ingerência dos EUA na América Latina! Tirem as mãos da Venezuela!
9. Depois do golpe de 2016 e a instauração, com Bolsonaro, de um regime de tipo bonapartista jurídico-militar no Brasil a ofensiva contra a América Latina agora se concentra na tentativa de derrubar pela força o governo da Venezuela.
10. Qualquer que seja a opinião que se tenha sobre o governo Maduro, não

10º CONGREJUFE

podemos aceitar que os Estados Unidos transformem a América Latina numa terra arrasada, como já fizeram no Iraque, Líbia, Síria... Os EUA usam o pretexto das “razões humanitárias” para se apoderar diretamente de recursos naturais – em particular o petróleo – e colocar sob seu controle novos territórios e mercados. Mas quem vai sofrer com a desestabilização da Venezuela e da região serão os trabalhadores e os povos da própria Venezuela e dos países vizinhos.

11. Repudiamos toda e qualquer ingerência e intervenção na Venezuela. Em defesa da soberania nacional. Pelo respeito às decisões soberanas, adotadas democraticamente, pelo povo venezuelano. As instituições que organizaram e deram posse à atual Assembleia Nacional – cujo ex-presidente, Juan Guaidó, teleguiado pelos EUA, se auto proclamou presidente, – são as mesmas que organizaram as eleições democráticas vencidas por Maduro em abril 2018.

Conjuntura Nacional

Derrotar a Reforma da Previdência de Bolsonaro!
Lutar por democracia e direitos!

1. As eleições presidenciais de 2018, com a vitória eleitoral em 2º turno do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro (39% do eleitorado e 55% dos votos válidos), trazem sérias ameaças à democracia e aos direitos conquistados com muita luta da classe trabalhadora. Elas se deram em meio a quebra do Estado Democrático de Direito e de ataque à democracia com o golpe travestido de impeachment em 2016 e impedimento da participação da principal liderança popular da nação, o ex-presidente Lula, condenado sem provas e preso político.

2. Pesa sobre o pleito sérios indícios de manipulação e fraude, crime de caixa 2, impulsionamento financiado por empresários de notícias falsas via WhapsApp, empresários coagindo trabalhadores e trabalhadoras a votar em Bolsonaro, um atentado mal explicado ao candidato extremista, sem que tivesse havido reação dos poderes constituídos, particularmente o Judiciário (Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal), em mais um ato de cumplicidade com as forças reacionárias cujos interesses em última instância preservam. Tudo isso se deu sob o pano de fundo do “antipetismo” que na verdade se trata de ataque a todas as organizações de esquerda e movimentos sociais, em particular MST e MTST, assim como movimento negro, mulheres e LGBTI+.

3. As eleições tiveram um impacto sobre o sistema político tradicional com resultado destruidor sobre partidos tradicionais da classe dominante como o PSDB, MDB, DEM e outros (todos eles operadores do golpe contra a presidente Dilma Rouseff).

4. A candidatura de Bolsonaro surfou nesse vácuo com discurso “antissistema”, quando na verdade, é fruto do velho sistema político, porém pior que isso, faz parte do que mais atrasado, extremista de direita neoliberal e religioso e

10º CONGREJUFE

obscurantista temos no cenário político brasileiro. No 2º turno, o ex-capitão ganhou o apoio da quase totalidade do empresariado, das lideranças dos partidos de direita, para além de seu núcleo de viúvas da ditadura militar, chefes de igrejas evangélicas, membros das bancadas da bala e ruralista.

5. Nesse momento início de governo já vem à tona fatos extremamente graves de relações com a milícia no RJ, inclusive envolvendo acusados do assassinato de Mariele Franco e Anderson, além de um esquema de laranjas no PSL nas eleições com fins de desvio de recursos do Fundo Partidário destinados a candidaturas de mulheres.

6. O Judiciário e o Ministério Público tiveram um papel ativo no golpe (célebre frase do senador não reeleito Jucá: “...com STF, com tudo”). Foi garantidor das reformas antipovo de Temer e atuante no afastamento do principal adversário da direita entreguista e da extrema direita representada por Bolsonaro e Mourão nas eleições. Não é menor o fato de o Departamento de Justiça norte-americano estar diretamente envolvido na Operação Lava Jato. Sabemos dos interesses dos americanos no Brasil, particularmente na Petrobras, no pré-sal e agora recentemente na Embraer.

7. Logo após as eleições, Moro saltou rapidamente de “juiz imparcial” para superministro de Bolsonaro. As relações ficam ainda mais claras quando os principais nomes da Lava-Jato apresentaram a proposta de um Fundo de caráter privado com dinheiro da Petrobrás para ser gerido pelos próprios procuradores ao arrepio de suas prerrogativas como servidores públicos e da lei o que acabou por precipitar a decadência da operação e das próprias figuras que outrora posavam de combatentes da corrupção.

8. Mesmo havendo honrosa resistência por setores de com magistrados preocupados em garantir o Estado Democrático de direito, o comprometimento do Poder Judiciário o com o caos instalado no país é grave. Nós servidores e servidoras do PJU e MPU trabalhamos nesse Poder de Estado e precisamos discutir o seu papel e se o Poder Judiciário e o Ministério Público, como estão, servem realmente ao povo. A mesma análise se aplica ao Ministério Público.

9. A submissão de Bolsonaro aos EUA coloca em risco a soberania nacional. Tanta submissão é capaz até mesmo de desorganizar ramos inteiros da produção. Sucessivos tropeços nas relações internacionais, como a mudança da Embaixada de Israel para Jerusalém custou contratos de venda de frangos cancelados pela comunidade Árabe assim como colocou em risco contratos de venda de soja à China, beneficiando ao final os americanos.

10. Escândalos e trapalhadas, uns provocados, outros não, podem colocar em risco a tentativa de aprovar a “Nova Previdência” – verdade o fim da previdência – em tempo recorde como queriam. Isso não quer dizer que o enfrentamento será menos duro. É no convencimento dos trabalhadores, inclusive daqueles que votaram em Bolsonaro, que vamos derrotar este ataque.

11. A vitória eleitoral de Bolsonaro e Mourão é uma séria derrota para a classe

10º CONGREJUFE

trabalhadora. Porém os partidos de esquerda, Centrais Sindicais e movimentos sociais organizados não foram destruídas como força política e como projeto popular e democrático. Mesmo sob duros ataques, perseguição da mídia e prisão do candidato capaz de ganhar as eleições ainda no 1º turno, a chapa Fernando Haddad (PT/SP) e Manuela D'Ávila (PC do B/RS) teve quarenta e sete milhões de votos!

12. Já parlamentares que votaram contra os interesses da classe trabalhadora e não foram reeleitos na maioria dos estados. Figuras como o vice-líder do governo golpista de Temer Darcísio Perondi (MDB) e linha de frente das reformas Trabalhista e Previdenciária, Romero Jucá, Eunício de Oliveira entre outros não se reelegeram. A campanha deflagrada pelas Centrais Sindicais e a poderosa Greve Geral de abril de 2017 pesou na rejeição desses parlamentares.

13. Derrotar a reforma da previdência de Bolsonaro! Rumo à Greve Geral!

14. É na arena de um Congresso e um governo de perfil de extrema direita e ultraliberal que lutaremos para derrotar a Reforma da Previdência. A PEC 06/19 é central para os planos do governo Bolsonaro e seu "Chicago boy" ministro da Economia Paulo Guedes. Deve ser, portanto, o centro da atividade da Fenajufe e dos sindicatos filiados.

15. Essa cruel proposta que estabelece idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres, aumenta para 25 anos de contribuição para acesso de nós servidores a 60% do benefício (calculado pelos 100 % dos salários recebidos e não mais os 80% dos maiores salários como é hoje) para quem entrou depois de 2003. Para ter direito ao valor integral (teto do Regime Geral) será preciso 40 anos de contribuição. E mesmo os servidores e servidoras que tem direito à paridade e integralidade precisarão chegar aos 62 se mulher e 65 se homem, isso independentemente do tempo que falta para aposentadoria na regra atual. Além disso a PEC 06/19 prevê ainda alíquotas de 11% a 22%, além de autorizar " chamadas extras" pra fechar as contas. Um verdadeiro confisco salarial.

16. Com os mais pobres ainda é mais cruel. Reduz o BPC para R\$400,00, impede a acumulação de pensão e aposentadoria e na prática torna a aposentadoria inalcançável para o setor privado urbano e rural.

17. Dois pontos, porém, destacam-se com especial gravidade e determinam o fim da previdência pública e do sistema de seguridade social: a desconstitucionalização das regras previdenciárias e o fim do regime de contribuição solidária e a instituição do regime de capitalização individual que por um lado entrega as contribuições para os bancos e por outro retira a contribuí patronal. Ou seja, entrega as aposentadorias e dignidade na velhice de toda a Classe Trabalhadora nas mãos do sistema financeiro e desobriga o Estado de sua responsabilidade social.

18. É a continuidade de um círculo destrutivo que foi aberto com a EC95/17

10º CONGREJUFE

que congelou o investimento público por 20 anos) e a contratadores trabalhista que aumentou a precarização do trabalho.

19. A Justiça do Trabalho continua ameaçada!

20. Para a categoria que compõe o quadro do PJU e MPU, a depender do novo governo eleito, dos grandes empresários e de parte da própria magistratura, a Justiça do Trabalho está com os dias contados. A Reforma Trabalhista foi um duro golpe na Classe Trabalhadora e também no próprio Direito do Trabalho e colocou em risco a existência da Justiça do Trabalho. Entre outros graves ataques a restrição do acesso de trabalhadores(as) com a retirada da gratuidade é alarmantemente inconstitucional. A questão está judicializada no STF e é fator central na defesa da Justiça do Trabalho.

21. Tanto a maioria dos sindicatos de base como a Fenajufe não foram capazes de mobilizar suas bases na luta contra a Reforma Trabalhista a contento e tão pouco tempo assumido papel protagonista na defesa da Justiça do Trabalho.

22. É importante que a categoria tenha claro que num cenário de encolhimento de quadro de servidores e ameaça de quebra estabilidade qualquer mudança na estrutura da JT não se dará de forma tranquila ou com aproveitamento de seu quadro que é maior do que o da JF.

23. Na JE foi operado já um desmonte através da extinção de zonas eleitorais e remoção forçada de servidores(as) e segue a diretriz de terceirização de forma contundente.

16. Na Justiça Federal por sua vez, se não tem o futuro imediatamente ameaçado, diversos tribunais vão fechar suas contas de 2018 no vermelho. Em todo país vagas de servidores(as) não são preenchidas e não faltam corredores com as luzes apagadas para economia, reflexos da EC 95.

24. No quadro salarial o cenário não é menos dramático. O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), senador Dalírio Beber (PSDB-SC), apresentou ao Congresso Nacional o seu parecer e propôs, entre outros pontos, a vedação de reajuste para servidores(as) em 2019. Diz o texto: "Fica vedada a aprovação de projeto de lei e a edição de medida provisória relativos à concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras nos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, ainda que com efeitos financeiros posteriores a 2019". Fica vedado também o reajuste de qualquer benefício mesmo que para apenas repor inflação. Fica evidente que se a EC 95/16 se manter o quadro será de congelamento, arrocho e encolhimento de quadro e precarização do trabalho também para o serviço público.

25. Um cenário praticamente não discutido na categoria também terá impactos importantes tanto no quadro de servidores e servidoras quanto o modo de trabalho no PJU e MPU: a introdução de inteligência artificial no fazer do Poder

10º CONGREJUFE

Judiciário e do Ministério Público já em andamento. O PJe que sequer foi decifrado e avaliado nas consequências na saúde e na organização da categoria dá agora espaço a uma nova e mais radical reestruturação produtiva com a substituição de servidores e servidoras pela inteligência artificial. Somase a isso a apontada reforma administrativa, com quebra de estabilidade e redução salarial manifestada pelo governo eleito.

26. No plano da educação e cultura foram anunciadas a intenção de aprovar o projeto Escola sem Partido, a cobrança de mensalidade nas universidades públicas, voucher para matrícula de estudantes em escolas privadas do ensino fundamental e médio, retorno do ensino de Moral e Cívica nas escolas, fim das cotas nas universidades e no setor público, ampliação do ensino a distância, restrição à aplicação dos recursos do Sistema S à área cultural e reformulação da Lei Rouanet.

27. A saúde pública seriamente atacada já pela EC95 tem ainda que enfrentar propostas de extinção do SUS e o fim do Mais Médicos que tornou mais difícil a saúde de moradores das localidades mais pobres.

28. Diante desse cenário, mas ciente do capital político e organizativo da Classe Trabalhadora organizada, está posto o desafio de consolidar a construção de uma ampla frente de resistência, em defesa da democracia e dos direitos, particularmente os direitos dos/as trabalhadores/as, para enfrentar um governo autoritário que pretende aplicar a sua agenda regressiva de privatizações, destruição da Previdência pública e solidária, ataques aos sindicatos e organizações populares, precarização do trabalho, obscurantismo, tudo a serviço das multinacionais e do grande empresariado local a elas associado e com largo apoio da mídia, da elite brasileira e do Congresso eleito.

22. Cabe a nós dizer de que lado estamos. O Coletivo Democracia e Luta presente neste X Congrejufe dizem sim à tarefa de organizar a resistência contra a política de ataques à democracia e aos direitos, de entrega de nossas riquezas a interesses externos, anunciada por Bolsonaro. Dizemos não à destruição da Seguridade Social. Estamos seguros que estivemos e continuaremos a estar do lado certo da história.

23. Por isso, apresentamos diretrizes e ações que defendemos como necessárias para colocar a categoria em movimento junto com a Classe Trabalhadora:

24. Fortalecer a unidade das forças populares e democráticas, junto com as Centrais Sindicais, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e o campo partidário de esquerda e progressista a aglutinarem forças e impulsionarem o processo de mobilização da resistência, com prioridade nas ações de massa.

25. Engajamento e ampliação de iniciativas contra a retirada de direitos, organizando com as Centrais Sindicais as mobilizações rumo à Greve Geral em Defesa da Previdência e dos Direitos. Não à PEC 06/19 e revogação da EC 95/17.

10º CONGREJUFE

26. Defesa intransigente dos direitos da categoria, da Justiça do Trabalho e do MPT.

27. Luta contra a terceirização e precarização do trabalho.

28. Apoiar e reforçar a luta liderada pelos professores contra o cerceamento da liberdade de expressão previsto no Projeto de Lei “Escola Sem Partido” que na verdade propõe a “Escola com Mordaça”. Defesa da educação pública e do SUS.

29. Apoiar a Campanha Lula Livre, como luta pelo Estado Democrático de Direito e a defesa da democracia.

30. Fortalecer a comunicação sindical, com maior investimento em tecnologia da comunicação, explorando os recursos disponíveis nas redes sociais com o objetivo de promover formação e interatividade da base, bem como o acesso as informações.

31. Participar e promover a defesa dos movimentos sociais a partir de cooperação, apoio político e disponibilização da assessoria jurídica da Fenajufe quando necessário.

32. Reforçar a campanha em defesa do serviço público de qualidade e dos servidores e servidoras ameaçados de demissão para serem substituídos por terceirizados, com salários menores e piores condições de trabalho.

Coletivo Democracia e Luta (CUT, CTB e independentes)

Endossos:

Mara Rejane Weber – Fenajufe JT/RS

Marcelo Carlini – JF/RS

Zé Oliveira – TRF4/RS

Sérgio Amorim – JT/RS

Ana Paula Cusinato – MPU/DF

Jaqueline Silva de Albuquerque – JT/PE

Fernanda Lauria – JE/RJ

Gabriel Albuquerque Filho – JF/PE

Lucena Pacheco Martins – TRF 2

Soraia Garcia Marca – TRF 2

Ricardo Quiroga – TRT 1

Ronaldo de Almeida das Virgens – TRF 2

Neli da Costa Rosa – TRF 2

Luís Amauri Pinheiro – TRT 1

Fernanda Lauria – TRE/RJ

Ricardo Valverde – TRF 2

Valter Nogueira Alves – TRF 2

Lucas Ferreira Costa – TRE/RJ

Ricardo de Azevedo Soares – JF/RJ

Anny Rodrigues Figueiredo – TRT 1

10º CONGREJUFE

Ana Paula Barbosa Cusinato

ENDOSSOS

Zé Oliveira
Marcelo Carlini
Ricardo Quiroga
Ana Paula Barbosa Cusinato
Mara Rejane Weber